

O Prefeito Municipal de Irati, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, dentre outros dispositivos legais aplicáveis à espécie, apresenta a consideração dessa Casa de Leis, o seguinte:

PROJETO DE LEI Nº 057/2019

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar acordo judicial nos Autos nº 0000607-91.2006.8.16.0095, que tramita na 1ª Vara Cível da Comarca de Irati - PR.

Art. 1º – Autoriza o Poder Executivo Municipal de Irati - PR a celebrar acordo judicial com Marlene de Lara, decorrente da Ação de Usucapião nº 0000607-91.2006.8.16.0095 que tramita na 1ª Vara Cível da Comarca de Irati - PR, para por fim a demanda, o que se faz nas seguintes condições:

I – O Município efetuará doação do imóvel registrado sob nº 14.236 no 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Irati (matrícula anexa), a Sra. Marlene de Lara, portadora do RG nº 5.717.443-9 SSP/PR.

II – A Sra. Marlene de Lara renuncia, como contrapartida, qualquer direito sobre o imóvel adquirido pelo Município de Irati por meio da Ação de usucapião 450/1988 (NU 181-60.1998.8.16.0095) e desiste de todos os pedidos, dando por quitado qualquer crédito oriundo da ação em epígrafe.

III – Homologado judicialmente o acordo, cada uma das partes arcará com os honorários advocatícios de seus patronos e com 50% das custas processuais.

Art. 2º - As despesas decorrentes da escrituração da doação correrão por conta do donatário.

Art. 3º – Esta lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE IRATI, em 25 de junho de 2019.



Jorge David Derbli Pinto
Prefeito Municipal



PROJETO DE LEI Nº 057/2019

Súmula: Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar acordo judicial parcial nos Autos nº 0000607-91.2006.8.16.0095, que tramita na 1ª Vara Cível da Comarca de Irati - PR.

JUSTIFICATIVA

Senhor Presidente.

Nobres Vereadores.

Encaminhamos para tramitação nesta Casa de Leis o Projeto de Lei nº 057/2019 que autoriza o Município de Irati a celebrar acordo judicial na Ação de Usucapião nº 0000607-91.2006.8.16.0095 que tramita na 1ª Vara Cível da Comarca de Irati - PR, em que figura como parte autora a Sra. Marlene de Lara.

A Sra. Marlene de Lara ajuizou Ação de Usucapião referente à área de 2.277 m² localizada na Rua Cezário Frotz, nº 102, conforme mapa e memorial descritivo anexos.

O Município contestou a ação afirmando que a área que a autora pretende usucapir foi adquirida pelo poder público, com a propriedade reconhecida em ação de usucapião.

Em 09 de abril de 2012 as partes convencionaram a suspensão do processo a fim de formalizar acordo para doação à autora do imóvel onde residia.

Em março de 2018 o Município retomou a negociação do acordo com a autora, sendo que ambas as partes manifestaram concordância com a doação do imóvel onde a Sra. Marlene de Lara reside atualmente (matrícula 14.236 2º CRI área de 536,17 m²).

Assim, visa o acordo judicial não apenas colocar fim a uma ação judicial que tramita há mais de 12 (doze) anos, mas evitar maiores prejuízos ao Município uma



vez que a área pleiteada pela autora na ação de usucapião atualmente é ocupada por prédios públicos.

Dessa forma, propõe-se o acordo judicial a fim de evitar maiores dispêndios aos Cofres Públicos execução forçada, pagamento de juros e correção monetária, bem como custas e despesas processuais.

Considerando a importância da medida proposta neste projeto, solicito aprovação da matéria e apresento a Vossa Excelência e demais dignos Pares, meus protestos de respeito e consideração.

Assim, contamos com a especial atenção desta Casa na apreciação do presente projeto.

Atenciosamente

Jorge David Derbli Pinto
Prefeito Municipal



44.012

JHONATAN TABORDA LEAL

OFICIAL DESIGNADO

1º Tabelionato de Notas e Protestos | 2º Registro de Imóveis

2º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
COMARCA DE IRATI - PR**REGISTRO GERAL**

FICHA

01F

RUBRICA

Oficial: FERNANDO DIAS

MATRÍCULA Nº 14.236

IMÓVEL: Área da Prefeitura Municipal de Irati. Quadra T. Loteamento Alto da Glória II. Rua "G", em Nhapindazal, na cidade de Irati-PR. Área 536,17m². Conforme as seguintes medidas e confrontações: o imóvel em questão é de formato irregular. **Frente** para a rua "G", pela distância de 13,15 metros. **Lateral direita** de quem da rua "G" o observa, confronta com o lote 04 (mat. 14.235) da quadra T, pela distância de 49,64 metros. **Lateral esquerda** de quem da rua o observa, confronta com a área de terras de Pedro Choma Junior em linhas quebradas por 27,50 metros, 13,90 metros e 26,00 metros. **Fundos**, confronta com terras do Loteamento Boguchski, pela distância de 22,70 metros.

Registro anterior: matrícula nº 13.394 do Livro nº 02 deste Ofício Imobiliário.

PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE IRATI, inscrito no CNPJ nº 75.654.574/0001-82, com sede na Rua Cel. Emilio Gomes nº 22 em Irati-PR.

Protocolo: Título apontado sob o n.º 32.269, em 13.11.2009, acompanhado de requerimento firmado pela proprietária para fins de abertura de matrícula, oriundas do Loteamento registrado sob o R.04/13.394, instruído com Licença de Instalação nº.7751 emitida pelo IAP-PR, processo de aprovação do Município de Irati nº.002/2009, plantas e memoriais descritivos elaborados pelo Eng. Civil José Bodnar - CREA-PR nº. 24578-D, ART/CREA nº 2007188272-0 quitada. Dou fé. Irati, 13 de novembro de 2009. Custas Serv. 10 VRC = R\$ 1,05. Fernando Dias, Oficial Registrador.

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que a presente cópia é reprodução autêntica do conteúdo da matrícula nº 14236, registrada neste cartório, no Livro 2 de Registro Geral, extraída nos termos do art. 19, § 1º da Lei nº 6.015/73 Irati, 18/02/2019

Jocélia Pabis Kulitch
Escrevente autorizada

Certidão R\$16,16 Funrejus R\$4,04 ISS R\$0,81 FADEP 0,81 Selo R\$4,67 **TOTAL R\$26,49**

SEGUIR NO VERSO



Funarpen - Lei 13.228 de 18/07/2001 - Selo Digital Nº UG392.14fu3.z8XRI, Controle:fprLL.rGMPF
42 3422-7337 | 3422-9294 | 3422-4664

Rua Coronel Grácia, 541 - Irati - Paraná
cartorioirati@yahoo.com.br

18/02/2019 10:18:32 pag. 1


PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

1ª Vara Cível de Irati

Processo 0000607-91.2006.8.16.0095

Comarca: Irati
Data de Autuação: 16/01/2006 **Situação:** Público
Classe Processual: 49 - Usucapião
Assunto Principal: 10458 - Usucapião Extraordinária
Data Distribuição: 16/01/2006 **Tipo Distribuição:** Encaminhamento
Sequencial: 3549 **Juiz:** Henrique Kurscheidt

Parte(s) do Processo

Tipo: Promovente
Nome: MARLENE DE LARA
Data de Nascimento: 10/08/1953 **RG:** 57174439 SSP/PR **CPF/CNPJ:** Não Cadastrado
Filiação: MARIA JOANA DA SILVA / MANOEL DE LARA

Advogado(s) da Parte

16283NPR CESAR DIRLEI DE ALMEIDA

Tipo: Promovido
Nome: Este juízo
Data de Nascimento: Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** Não Cadastrado

Tipo: Terceiro
Nome: Município de Irati/PR
Data de Nascimento: Não cadastrada **RG:** Não cadastrado **CPF/CNPJ:** 75.654.574/0001-82

Advogado(s) da Parte

 46091NPR ROBSON KRUIPEIZAKI
 60223NPR DEBORA CRISTINA BISTON MENDES

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projud, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projud.tjprjus.br/projud/> - Identificador: PJL4H USQ2S AUUPY CIL3K

Harry Cristhian E. Czelusniak
Nº 35 - 25

1) Há mais de 27 anos, a ora requerente adquiriu a posse sobre uma área de 2 277,00 m², pelo valor de R\$ 1.000,00 (Um mil cruzeiros), transmitida por Osmario Sebastião de Andrade, conforme Nota Promissória (doc. 01 em anexo).

2) Durante esses 27 anos, a adquirente vem mantendo a posse com animus domini, mansa e pacífica, contínua e ininterrupta, sem oposição de terceiros, da área de terra de 2 277,00 m² situada na Rua Cezário Frotz, nº102, Bairro Pedreira, dentro do perímetro urbano da cidade de Irati - Paraná.

3) O cedente, Osmario Sebastião de Andrade, antes da adquirente, mantinha a posse do imóvel sem contestação de quem quer que seja, vindo a transferir o imóvel a requerente, sendo que esta o vêem mantendo da mesma forma até os dias atuais.

4) O imóvel ocupado pela requerente, devidamente delimitado (cercado), é descrito no Memorial Descritivo e Mapa Planimétrico elaborado pelo Engenheiro Civil Werner Roepke, (documento em anexo), como sendo o lote assim descrito:

"Memorial Descritivo"

Imóvel: Terreno Urbano, situado no Perímetro Urbano de Irati - Paraná.

Requerente: Marlene de Lara

Área levantada: 2.277,00 m²

O imóvel em questão tem o seu início em um marco cravado no alinhamento predial da Rua Cezário Fortz entre terras da Prefeitura Municipal de Irati (Parque Ambiental). Deste ponto, segue margeando o referido alinhamento com distância de 67,00 metros. Deste ponto, deflexiona-se à direita e confronta com terras de Paulo Schnaider no rumo 32°00'NW com distância de 43,00 metros. Deste ponto, deflexiona-se à direita e confronta com terras de Eduardo Diadio nos seguintes rumos e distâncias: rumo 48°30'NE com distância de 15,50 metros, rumo 48°00'SE com 23,00 metros e rumo 31°30'NE com distância de 47,20

1) Assim que a autora emituiu-se na posse do

Harry Cristhian E. Czelusniak

É princípio corrente no Direito Civil Pátrio
que:

Art. 1243. "O possuidor pode, para o fim de contar o tempo exigido pelos antigos antecedentes, acrescentar a sua posse a do seus antecessores (art. 1207), contando que ambas sejam contínuas e pacíficas e, no caso do artigo 1242, com justo título e de boa-fé".

Art. 1201. " É de boa-fé a posse, se o possuidor ignora o vício, ou o obstáculo que impede a aquisição da coisa."

Parágrafo único: "O possuidor com justo título tem por si a presunção de boa-fé, salvo prova em contrário, ou quando a lei expressamente não admite esta presunção."

Art. 1200. "É justa a posse que nao for violenta, clandestina ou precária."

Art. 1238 "Aquele que, por quinze anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquire-lhe a propriedade, independentemente de título e boa-fé, podendo requerer ao juiz que assim declare por sentença a qual servirá de título para o registro no Cartório de Registro e Imóveis."

Parágrafo único: "O prazo estabelecido neste artigo reduzir-se-á a dez anos se o possuidor houver estabelecido no imóvel a sua moradia habitual, ou nele realizado obras ou serviços de caráter produtivo

Os artigos 941, 942 e 943 do Código de Processo Civil dão o procedimento da ação de usucapião na forma seguinte:

PROJUDI - Processo: 0000607-91.2006.8.16.0095 - Ref. mov. 1.1 - Assinado digitalmente por Williena de Almeida Ferreira Purfírio

4

Harry Costa da Silva / hcosta@n.rik
Jurista - D.S. - nº 1.125

Art. 941. "Compete a ação de usucapião ao possuidor para que se declare, nos termos da lei, o domínio do imóvel ou a servidão predial".

Art. 942. "O autor, expondo na petição inicial o fundamento do pedido e juntando planta do imóvel, requererá a citação daquele em cujo nome estiver registrado o imóvel usucapiendo, bem como dos confinantes e, por edital, dos réus em lugar incerto e dos eventuais interessados, observando quanto ao prazo o disposto no inciso IV do Art. 232".

Art. 943. "Serão intimados por via postal, para que se manifestem interesse na causa, os representantes da Fazenda Pública da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios".

CONCLUSÃO

Demonstrado o preenchimento dos requisitos básicos para a propositura da ação de usucapião, embasado nos direitos da requerente de pretender que seja a ela declarado o domínio do imóvel objeto da presente ação.

DIANTE EXPOSTO requer à Vossa Excelência:

- a) Seja concedida a gratuidade de justiça, de acordo com o artigo 4º, § 1º, da Lei nº 1060/50, com nova redação introduzida pela Lei 7.510/86;
- b) A procedência do pedido para que seja julgada procedente a presente ação, com a expedição do consequente mandado para Registro da Sentença no Cartório de Registro de Imóveis, nos termos do artigo 945 do CPC;
- c) A citação (via postal com AR) dos confrontantes, para contestarem, querendo, dentro do prazo legal

Harry Cristhian E. Czelusniak
Assessoria Jurídica - OAB/PR - 35.525

Sr. Paulo Schnaider e sua esposa, residente e domiciliado na Rua Cezário Fortz, s/nº, bairro Pedreira em Irati - Paraná

Sr. Eduardo Diadio e sua esposa, residente e domiciliado no Parque Ambiental, bairro Pedreira, Irati - Paraná.

Prefeitura Municipal de Irati, através de seu representante legal, com sede administrativa na Rua Cel Emílio Gomes, nº 22, Nesta Cidade de Irati - Paraná.

d) A intimação por via postal das Fazendas Públicas, da União, do Estado e do Município, para que se manifestem, nos termos do artigo 943 do CPC,

e) A expedição de edital de Citação dos interessados ausentes incertos e desconhecidos, para querendo, contestar a presente ação no prazo legal.

f) A intimação do Douto Representante do Ministério Público, para acompanhar todos os termos da presente ação.

g) Requer ainda, todos os meios de prova em direito admitidas, documental, pericial e testemunhal, cujo rol segue anexo, e que comparecerão independentemente de intimação, e demais provas que se fizerem necessárias para o bom andamento do presente feito.

Dá-se a presente causa o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), para efeitos fiscais.

Nestes Termos
Pede Deferimento

Irati, 29 de novembro de 2005.

Harry Cristhian E. Czelusniak
OAB/Pr 35.525

CARTEIRO DISTRIBUIDO	
Assinatura	16 JAN. 2006
<i>Williena de Almeida Ferreira Purfírio</i>	
Procuradora Democrática - Auxiliar	

PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: MARLENE DE LARA, brasileira, solteira, diarista, portadora do RG sob o nº 5.717.443-9, residente e domiciliada em Irati - Paraná, na Rua Cezário Fortes, nº 102, Centro.

OUTORGADO: HARRY CRISTHIAN E. CZELUSNIAK, brasileiro, solteiro, advogado inscrito na OAB/Pr sob nº 35.525, com escritório profissional nesta cidade de Irati - Pr, na Rua Dr. Correa, nº 626, fone: (42)-422-4589.

PODERES: Todos os inerentes à cláusula ad iudicia et extra, para em qualquer juízo ou tribunal propor ações de quaisquer espécies, principais, acessórias, preventivas ou incidentais, recorrer a qualquer instância judicial ou administrativa, defender o outorgante naquelas em que for réu ou terceiro interessado, receber e dar quitação, desistir, firmar compromissos, renunciar prazos de lei, remir, arrematar e adjudicar bens em hasta pública, assumir compromisso de inventariante, habilitar-se em falências, concordatas, inventários e arrolamentos, requerer expedição de alvarás, levantar quantias depositadas, exercer plenamente a advocacia em todos os setores para dar fiel cumprimento ao desempenho do presente mandato, com poderes também para transigir.

Fica expressamente autorizado a substabelecer os termos do presente no todo ou em parte, com ou sem reserva de poderes, sem prejuízo da honorária convencionada ou estipulada, estabelecendo-se, outrossim, que as verbas de sucumbência do processo em que este mandato for utilizado pertencerá exclusivamente ao outorgado.

Irati, 13 de outubro de 2005

Marlene de Lara

PLANTA DE UM TERRENO URBANO LOCALIZADO NO BAIRRO "PEDREIRA"
CIDADE DE IRATI ----- ESTADO DO PARANÁ
POSSE DE: MARLENE DE LARA -----
ÁREA: 2.277.00 m² ----- ESCALA - 1:1000

N M
30 08
20 05



TOPOGRAFO: FLORIANO HENICH

DESENHO: HELVIS P. HENICH

WERNER ROEPKE
CREA 7846 - D. PR



Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 11.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/OE
Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJDEV 7CU89 VEYUK WMXPU

MEMORIAL DESCRITIVO

De um terreno urbano localizado no Bairro "PEDREIRA", na cidade de Irati, Estado do Paraná, com as seguintes divisas e confrontações:

Posse de: **MARLENE DE LARA**
Área: **2.277,00 m²**.

O imóvel em questão tem o seu início em um marco cravado no alinhamento predial da rua Cezário Fortz entre terras da Prefeitura Municipal de Irati (Parque Ambiental). Deste ponto segue margeando o referido alinhamento com distância de 67,00 metros. Deste ponto, deflexiona-se à direita e confronta com terras de Paulo Schnaider no rumo 32°00'NW com distância de 43,00 metros. Deste ponto, deflexiona-se à direita e confronta com terras de Eduardo Diadio nos seguintes rumos e distâncias: rumo 48°30'NE com distância de 15,50 metros, rumo 48°00' SE com 23,00 metros e rumo 31°30' NE com distância de 47,20 metros. Deste ponto, deflexiona-se à direita e confronta com terras de Prefeitura Municipal de Irati (Parque Ambiental) no rumo 37°10'SE com distância de 39,50 metros e chega-se ao ponto de onde se fez princípio, encerrando a presente descrição, fechando o perímetro com uma área de 2.277,00 m².

IL.R.H.

Irati, 30 de Agosto de 2005.

WERNER ROEPKE
CREA 7846 D PR

[illegible]

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE IRATI



CARTÓRIO LISBÔA
Registro de Imóveis 2º Ofício

MANOEL CEZAR LISBÔA
Registrador Designado

RUA DR. MUNHOZ DA SILVA Nº303 CAIXA POSTAL 434
IRATI - PARANÁ CEP 84500-000 FONE / FAX 3423-1399

CERTIDÃO

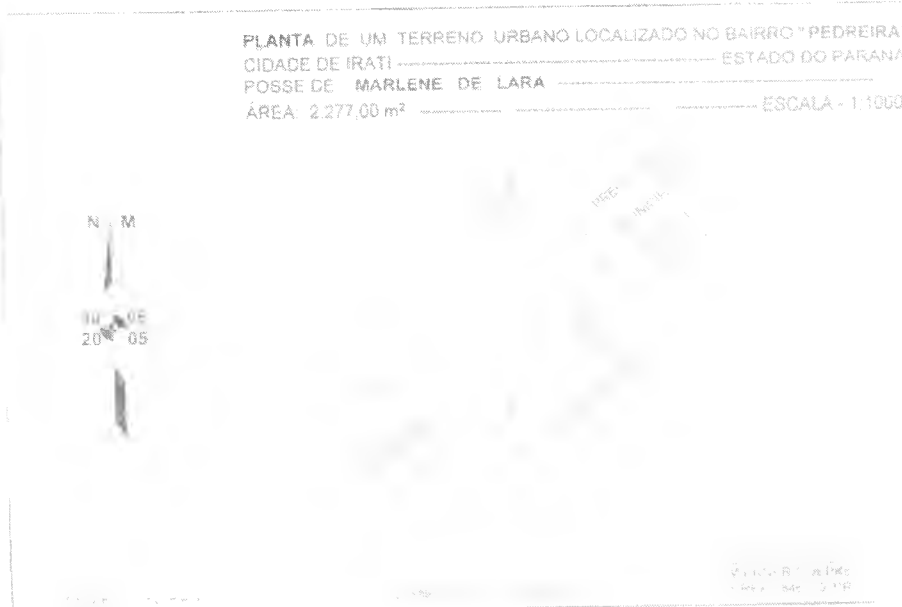
CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada e para que produza todos os efeitos legais que revendo os livros e demais papéis desta Serventia, por eles verifiquei que não consta no rol de imóveis registrados neste Ofício, o imóvel com as características, área, medidas, delimitação e conformação da planta e memorial descritivo firmados pelo engenheiro agrônomo Werner Roepke, CREA/PR nº7846-D, no verso desta reprografado, por não situar-se nesta 2ª Circunscrição Registral.

O REFERIDO É VERDADE E DOU FE

Irati, 21 de outubro de 2005.


Manoel Cezar Lisbôa
2º Registrador Designado.





MEMORIAL DESCRITIVO

De um terreno urbano localizado no Bairro "Pedreira", na cidade de Irati, Estado do Paraná, com as seguintes dimensões e confrontações:

Posse de MARLENE DE LARA
Área: 2.277,00 m².

O imóvel em questão vem o seu início em um marco existente no alinhamento predial da rua Cezário, foz de um terreno da Prefeitura Municipal de Irati (Parque Ambiental). Nesse ponto, segue marginalizado o referido alinhamento com distância de 07,00 metros. Dele, partindo, mede-se a direita e confronta com terreno de dona N. Adair no rumo 45°00'NW com distância de 41,00 metros. Dele, partindo, mede-se a direita e confronta com terreno de Fátima (rua) com rumo 45°00'NW com distância de 15,54 metros. Dele, partindo, mede-se a direita e confronta com terreno de 17,20 metros. Dele, partindo, mede-se a direita e confronta com terreno da Prefeitura Municipal de Irati (Parque Ambiental) no rumo 47°10'SE com distância de 30,50 metros e chega-se ao ponto de onde se fez o protótipo, inserindo a presente descrição, fechando o perímetro com uma área de 2.277,00 m².

11/11/17

Irati, 10 de Agosto de 2017

11/11/17
11/11/17
11/11/17



COMARCA DE IRATI
ESTADO DO PARANÁ
R. DR. CORREIA, 277
FONE/FAX: (41) 3422-1475
FONE: (41) 3422-1475

LIVRO N.º

FOLHA N.º

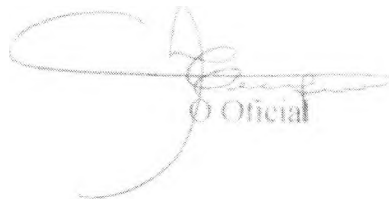
TABELIONATO DE NOTAS
1.º OFÍCIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS
TABELIÃO: EDMUNDO ATANÁSIO DE MORAIS

CERTIDÃO

CERTIFICO, a pedido verbal de parte interessada e para que produza todos os efeitos legais, que revendo neste Cartório, os Livros Imobiliários, demais documentos merentes a este Serventia, por eles verifiquei que **não consta no rol de imóveis registrados neste Ofício**, o imóvel com as características, áreas, medidas, delimitações e do mapa e memorial descritivo elaborado pelo Engenheiro Agrônomo Werner Roepke - CREA - 7846 - D - PR no verso desta reprografado

O Refendo é Verdade do que Dou Fe.

Irati, 21 de outubro de 2005.


O Oficial





DECLARAÇÃO

Fu, PAULO SCHNAIDER, brasileiro, casado, serviços gerais, portador do CPF sob o nº 020.739.409-19 e RG nº 7.413.454-8, residente na Cidade de Irati - Paraná, na Rua Cezário Fortz, s/nº, bairro Pedreira, Declaro para que se produza os devidos fins de direito que a Sra. MARLENE DE LARA, brasileira, solteira, diarista, portadora do RG nº 5.717.443-9, residente na Rua Cezário Fortz, nº 102, bairro Pedreira na cidade de Irati - Paraná, reside neste local há mais de 23 (vinte e três) anos, e durante todos esses anos em que sou vizinho da mesma, nunca presenciei nenhum tipo de interrupção ou oposição de terceiros, sendo que ela utiliza o presente imóvel como sua moradia.

Por ser a maior expressão de verdade, firmo o presente.

Irati, 18 de outubro de 2005



PAULO SCHNAIDER





Prefeitura Municipal de Irati
Rua Coronel Emilio Gomes, 22 - IRATI - PR - 84500-000
Fone (042) 423 1118 - Fax 423 2474
www.0000607000.br - e-mail irati@irati.com.br



92
h

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA CÍVEL DA COMARCA
DE IRATI, ESTADO DO PARANA

Autos n.º 020/2006
Ação de Usucapião

MUNICÍPIO DE IRATI, nos autos do processo em epigrafe, vem, por intermédio de seu Procurador Geral - mandato incluso e endereço em timbre, com o acatamento que lhe é devido a sempre honrosa presença de Vossa Excelência, apresentar sua

CONTESTAÇÃO

a todos os termos da petição inicial, forte nas razões de fato e de direito, que articuladamente passa a declinar:





Prefeitura Municipal de Irati
Coronel Emilio Gomes, 22 - IRATI - PR - 84500-000
Fone (0421) 423 1118 - Fax 423 2474
www.irati.pr.gov.br - e-mail: irati@irati.com.br

IRATI
100

I. Breve Resumo da Demanda

Propõe a Requerente a presente Ação de Usucapião, objetivando obter o domínio sobre a área localizada na petição inicial, ou seja: terreno urbano, situado no perímetro urbano de Irati - Paraná, com área de 277,00 m², situada na Rua Cezário n.º 102, Bairro Pedreira'.

Alega a Requerente que exerce posse pacífica, ininterrupta e sem oposição de quem não seja, já há mais de 27 anos, com "ar mus tendo inclusive realizado melhorias no imóvel.

II. Preliminarmente

Em preliminar cabe destacar que o feito deve ser extinto sem julgamento do mérito, pelos motivos que se desenham.

Da Carência da Ação:

Cabe destacar, que a despeito do pedido de declaração do domínio do objeto da presente ação, deve ser extinto sem julgamento do mérito, por ausência de uma das condições da ação, a saber, impossibilidade jurídica do pedido.

De acordo com as informações prestadas pela própria Requerente peca de imprecisão e atinge o pedido de domínio do imóvel, tornando, nesse particular, pedido juridicamente impossível.



Prefeitura Municipal de Irati
Rua Coronel Emílio Gomes, 22 - IRATI - PR - 84500-000
Fone (042) 423 1111 - Fax 423 2474
e-mail: irati@irati.pr.gov.br



Com efeito, não paira dúvida, que o pedido formulado pela Requerente é compatível com os termos traçados pela lei.

Nessa linha de raciocínio, a jurisprudência e a doutrina são mansas e unívocas em refutar o pedido de usucapião quando a área usucapienda se constitui em bem de domínio público.

Eis um aresto que representa esse pensamento:

APelação CÍVEL. USUCAPIÃO. IMÓVEL DE DOMÍNIO PÚBLICO. ÁREA POR ONDE PASSAVA ANTIGA ESTRADA. IMPRESCRITIBILIDADE DO BEM PÚBLICO. PEDIDO JURIDICAMENTE IMPOSSÍVEL.

Os bens públicos não podem ser adquiridos por usucapião. Súmula 340. STF. Constituição Federal, arts. 183, § 3º, e 191, parágrafo único.

Apelação desprovida. Unânime.

(Apelação Cível nº 70010938470, 18ª Câmara Cível do TJRS, Tapejara, Rel. Des. Mário Rocha Lopes Filho. J. 28.04.2005, unânime).

Fonte: CD-Rom Juris Plenum. Edição 87 - Vol. 2 / Março de 2006.

Nesse talante, em caso semelhante com os ajustes necessários, depara-se com decisão que inadmite usucapião de bem integrante do patrimônio municipal:



Prefeitura Municipal de Itaiti
Rua Coronel João Gomes, 22 - ITAITI - PR - 84300-000
Fone (042) 423 1118 - Fax 421 2474
www.0000pr.gov.br - e-mail: 0000@0000.com.br



APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE
USUCAPIÃO - BEM PERTENCENTE AO
DOMÍNIO PÚBLICO - COMPROVADA
PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO -
IMPOSSIBILIDADE DO PEDIDO -
DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS -
PERÍCIA JUDICIAL - IMPUGNAÇÃO EM
RECURSO - PRECLUSÃO DA MATÉRIA -
RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Os bens pertencentes ao domínio público não são passíveis de usucapião por expressa disposição constitucional.

(Apelação Cível nº 2002.009399-3, 1ª Câmara de Direito Público do TJSC, Itajaí, Rel. Des. Nicanor da Silveira, unânime, DJ 05/09/2005).

Fonte: CD-Rom Juris Plenum. Edição 87 - Vol. 2 / Março de 2006.

Ademais, por força constitucional, não é aplicável o bem público à prescrição aquisitiva, que impede o provimento do pleito, vejamos:

Art. 183. Aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.



Prefeitura Municipal de Itati
Rua Coronel Emilio Gomes 22 - 84311-99 - 84000-00
Fone (042) 423 1118 - Fax 423 2474
www.itati.pr.gov.br - e-mail: contato@itati.pr.gov.br



96
Sr

§ 3º - Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

No mesmo sentido determina Código Civil Brasileiro:

Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

Assim, não merecem respaldo as alegações da Requerente, face o princípio da indisponibilidade do bem público, incogitável qualquer tese de posse, que possa inviabilizar a gestão da coisa pública.

Portanto, a formulação na forma como se apresenta, não encontra amparo legal, o que leva a perceber facilmente, total carencia da ação, por impossibilidade jurídica do pedido, a teor do inciso VI do artigo 267 do CPC.

III. Do Mérito

A preliminar mostra-se absolutamente insuperável. Todavia, em respeito ao princípio da eventualidade, necessário se faz esclarecer que no mérito não resta à Requerente melhor sorte.

A Requerente pretende adquirir na forma do usucapião, o bem público municipal, classificado como bem de uso comum do povo, haja vista que se trata de Parque Ambiental constante do patrimônio público do Município, Lei Municipal nº 1373/1996, em anexo.



Prefeitura Municipal de Irati
(Praça Conselheiro Antônio Pereira, 21 - Fone: (042) 423 1118 - Fax: (042) 423 2474
www.irati.pr.gov.br e-mail: irati@irati.pr.gov.br

IRATI
100
ANOS

Da análise da Lei Municipal supra, tem-se que a área pertence ao Município de Irati, uma vez que a este fora cedida pacificamente pelos antigos posseiros.

Conforme patenteado em preliminar e destarte, demonstrada a propriedade da área objeto do feito pelo Município de Irati, e, estando ela fora do comércio, é insuscetível de usucapião, a teor do contido no artigo 102, do Código Civil Brasileiro.

Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião.

Ainda cabe salientar que, como se viu, aquele que ocupa irregularmente imóvel público, não cabível a reintegração.

A ocupação irregular do bem público não configura posse, mas mera detenção, pois a lei impede os efeitos possessórios, em favor do ocupante. No caso dos autos trata-se de mera detenção, exercida pela Requerente.

Não sendo os bens públicos suscetíveis de domínio particular pelo usucapião, a posse derivada neles exercida não oferece garantia de permanência, assim como a demonstração da mesma, em nada muda esta situação, simplesmente porque o particular pode possuir bens públicos exercendo sobre estes a mera detenção.

Destaque-se também, como já anteriormente mencionado, que o bem público não é suscetível à prescrição aquisitiva, conforme determina a Constituição Federal:

Art. 193. Aquele que possuir como sua área urbana de até



Prefeitura Municipal de Itati
Rua Carlos Antônio Gomes - 11 - Itati - PR - 84000-000
Fone (042) 423 1118 - Fax 423 1194
www.itati.pr.gov.br - e-mail: itati@itati.com.br



duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.

§ 3º Os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião.

Portanto, face o princípio da indisponibilidade do bem público, incogitável o pleito da Requerente, conforme preceitua a legislação disposta acima.

Sob esse aspecto, não seria ocioso recordar que, a Súmula n.º 340 do Colendo Supremo Tribunal Federal:

"Desde a vigência do Código Civil, os bens dominicais, como os demais bens públicos, não podem ser adquiridos por usucapião."

Nesse sentido a jurisprudência tem mostrado unânime, vejamos:

DIREITO CIVIL. PROCESSUAL CIVIL.
ADMINISTRATIVO. CONSTITUCIONAL.
USUCAPIÃO. CONDIÇÕES DA AÇÃO.
IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO
PEDIDO. INDEFERIMENTO DA INICIAL.
Todo o patrimônio da TERRACAP é
público. Por conseguinte, em



Prefeitura Municipal de Irati
Rua Coronel Emilio Gomes, 22 - IRATI - PR - 84500-000
Fone (042) 423 1118 - Fax 423 2474
www.irati.pr.gov.br - e-mail: irati@irati.com.br



94
82
sendo o bem, objeto da pretensão,
publico o pedido de declaração de
usucapião se evidencia
juridicamente impossível. Apelo a
que se nega provimento.

(Apelação Cível nº 20020110306909
(Ac. 176066), 3ª Turma Cível do
TJDEFT, Rel. Vasquez Cruxên. j.
12.05.2003, unânime, DJU
20.08.2003).

Fonte: CD-Rom Juris Plenum,
Edição 87 - Vol. 2 / Março de
2006.

AÇÃO DE USUCAPIÃO. BEM PUBLICO.
ART. 183, § 3º, DA CONSTITUIÇÃO
DO BRASIL. IMPOSSIBILIDADE.

Sendo o imóvel objeto da ação de
usucapião de dominio publico,
julga-se improcedente a ação, sob
pena de ofensa ao disposto no
art. 183, § 3º, da Constituição
do Brasil.

(Apelação Cível n°
1.0452.01.000704-8/001, 5ª Camara
Cível do TJMG, Nova Serrana, Rel.
Maria Elza. j. 14.04.2005,
unânime, Publ. 03.05.2005).

Fonte: CD-Rom Juris Plenum,
Edição 87 - Vol. 2 / Março de
2006.

ADMINISTRATIVO. IMÓVEL PÚBLICO.
OCUPAÇÃO IRREGULAR. REINTEGRAÇÃO
DE POSSE. LEGITIMIDADE ATIVA
INSS. INDENIZAÇÃO.



Prefeitura Municipal de Irati
Rua Coronel Emílio Gomes, 22 - IRATI - PR - 84500-000
Fone (042) 423 1118 - Fax 423 2474
www.irati.pr.gov.br - e-mail: irati@irati.com.br



100
Irati

1 - Inacolhível o recurso do INSS. Destarte, a desídia da parte autora em reaver o próprio público, não pode ser debitada em desfavor dos respectivos ocupantes, havendo, in casu, culpa recíproca, o que obstaculiza a percepção da verba reclamada.

2 - Quanto ao recurso da ré, mostra-se o mesmo improsperável, eis que face o princípio da indisponibilidade do bem público, incogitável a tese, de ilegitimidade do autor, por não restarem dúvidas quanto ser de propriedade da mesma o imóvel, em tela, conforme documentação de fls. 04/32, a par de que na resposta tal circunstância restou incontroversa, sendo desinfluyente, assim, para o deslinde da causa.

3 - No que tange ao cerceamento de defesa, a questão fático-jurígena restou suficientemente burilada, sendo despicienda a produção suplementar de provas, o que afasta a nulidade do decisum.

4 - Em relação a falta de citação do MP, melhor sorte não tem a ré, eis que totalmente desnecessária a intervenção do mesmo no caso em tela.

5 - Quanto a ação de usucapião, ajuizada pela apelante em virtude do imóvel em questão, em nada abala o teor da fundamentação da sentença, eis que conforme



Prefeitura Municipal de Irati
Rua Coronel Emílio Gomes, 22 - IRATI - PR - 84500-000
Fone (042) 423 1118 - Fax 423 2474
www.irati.pr.gov.br - e-mail: irati@irati.com.br



101
L

preceitua a legislação, os imóveis públicos não serão adquiridos por usucapião (art 183, § 3º).

6 - No caso, trata-se de imóvel público, e portanto caracterizando-se o esbulho possessório pela parte ré. Trata-se na verdade de mera detenção, exercida pela re. Deste modo, não sendo os bens públicos suscetíveis de ingresso no domínio particular pelo usucapião, a posse derivada neles exercida não oferece garantia de permanência.

7 - Recurso conhecido, porém desprovido.

(Apelação Cível nº 261159/RJ (200102010106820), 6ª Turma do TRF da 2ª Região, Rel. Poul Erik Dyrlund. j. 04.06.2003, unânime, DJU 23.06.2003).

Fonte: CD-Rom Juris Plenum, Edição 87 - Vol. 2 / Março de 2006.

Diante disso, fica mais que evidenciado que o usucapião é inaplicável aos bens públicos, o que abstrai totalmente o provimento do pleito da Requerente.



Prefeitura Municipal de Irati
Rua Coronel Eraldo Gomes, 22 - IRATI - PR - 84500-000
Fone (042) 423 1118 - Fax 423 2474
www.irati.pr.gov.br - e-mail: irati@irati.com.br



102
fr

IV. Do Pedido

Diante do exposto, para a solução de direito para o tema em exame, é a inteira procedência do pedido.

Em vista disso, requer-se a Vossa Excelência:

- a) acolha a preliminar arguida, extinguindo o processo sem julgamento de mérito, na forma fundamentada;
- b) a improcedência total da ação, rejeitando todos os pedidos;
- c) condene-se, ainda, nas custas processuais e honorários advocatícios.

Desde já requer, se necessário, a produção de todas as provas admitidas em Direito, especialmente, depoimento pessoal da Requerente, oitiva de testemunhas, juntada de novos documentos, prova pericial, caso necessário.

Nestes Termos
Pede Deferimento.

Irati, 10 de maio de 2006

Silmar Ferreira Dittrich
Procurador Geral



MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

B4
X

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE IRATI

Usucapião

Autos nº 20/2006

Requerente: Marlene de Lara

MM. Dr. Juiz,

Trata-se de **Ação de Usucapião** proposta por **MARLENE DE LARA**, que alega possuir há mais de 27 anos, posse mansa, pacífica e ininterrupta de imóvel, com área de 2.277,00m² (planta e memorial descritivo às fls. 09/10).

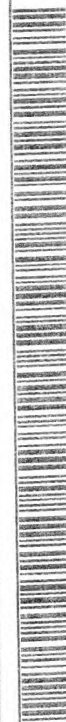
Alega que adquiriu o imóvel há 27 anos do Sr. Osmario Sebastião de Andrade, conforme nota promissória de fl. 11, sendo que em todo este período, manteve a posse com *animus domini* mansa, pacífica, contínua, ininterrupta e sem oposição de terceiros.

Às fls. 12/13, foram juntadas aos autos certidões dos registros imobiliários da Comarca de Irati, informando não existirem imóveis com as mesmas características do usucapiendo, registrados nas serventias.

Às fls. 14 e 16, apresentou declarações de duas testemunhas, informando a Autora residir no local há mais de 23 (vinte e três) anos, entretanto, as assinaturas não foram reconhecidas em cartório.

Após determinadas as citações e notificações necessárias, a União (fl. 33/34) não mostrou interesse na causa; intimada a Fazenda Pública Estadual à fl. 24, não se manifestou. Os confrontantes foram citados à fl. 33-verso.

Às fls. 36/90, o Município de Irati apresentou manifestação e juntou documentos. Alegou que já houve decisão transitada em julgado contemplando a área do imóvel em questão em favor do Município de Irati.





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

130

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE IRATI

Às fls. 92/102, o Município de Irati apresentou contestação. Alegou carência de ação, uma vez existente a impossibilidade jurídica do pedido, em virtude de ser a área de propriedade do Município, tendo pleiteado pela improcedência total da ação.

A fl. 108, o Ministério Público manifestou-se pela intimação das partes para que realizassem produção de provas que entendessem convenientes

À fl. 111, a Autora alegou que não aderiu e não assinou qualquer documento cedendo sua posse ao Município, e pleiteou pela realização de audiência de instrução e julgamento.

Às fls. 120/125, apresentou a Requerente nova manifestação tendo alegado que há mais de 31 (trinta e um) anos adquiriu o imóvel, tendo efetuado o pagamento a seu antigo possuidor; que passados alguns anos diversas pessoas invadiram área contígua a de sua posse, que no ano 2000, sua casa foi atingida por um incêndio, tendo perdido a maioria de seus documentos, dentre eles recibos de pagamento pela aquisição da posse do imóvel; no ano de 1996, houve um alagamento na área contígua a de sua posse, atingindo os vizinhos que invadiram a área sem qualquer título, razão pela qual o Município construiu um núcleo habitacional e adquiriu os direitos possessórios destas pessoas, formalizando o documento de fls. 41/50 no qual não consta o nome da autora e seu antecessor. Assim, pleiteou pela ouvida de testemunhas, e realização de perícia

À fl. 129, o Juízo determinou fossem intimadas as partes para que informassem as provas que pretendem produzir; apenas a Autora manifestou-se às fls. 131/132

É o relatório.

ML





MINISTÉRIO PÚBLICO

do Estado do Paraná

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA COMARCA DE IRATI

Pelo exposto, manifesta-se o Ministério Público pela realização de audiência de instrução e julgamento, para oitiva de testemunhas e depoimento pessoal das partes, devendo, ainda, visando garantir a celeridade e efetividade do feito, ser intimada, i) a Autora, para que junte aos autos comprovação da publicação do edital de citação em jornais de circulação local, bem como declarações firmadas por três testemunhas, dando prova da posse da área usucapienda; e ii) a contestante, para que apresente mapa/memorial descritivo que comprove detalhadamente as informações alegadas, segundo a qual o imóvel da Autora estaria em área de propriedade do Município de Irati.

Irati, 12 de setembro de 2011.

Maria Luiza Correa de Mello
Promotora de Justiça

DATA
Recebi antes do:
Promotor de Justiça
[Assinatura]

ASSENTADA

Data: 9 de abril de 2012

Horas: 15:00

Local: Sala de audiências do Edifício do Fórum

Autos nº 20/2006 – Ação de Usucapião

Juiz de Direito: Dr. Fernando Eugênio Martins de Paula Santos Lima

Promotora de Justiça: Drª Maria Luiza Correa de Mello

Autora: Marlene de Lara

Advogado: Dr. Cesar Dirlei de Almeida – OAB/PR nº. 16.283

Contestante: Município de Irati (ausente)

Advogado: Dr. Silmar Ferreira Ditrich – OAB/PR nº. 25.134

Aberta a audiência, a tentativa conciliatória não teve êxito. A seguir, pelo MM Juiz foi proferido o seguinte despacho: *"Defiro o requerimento das partes de suspensão do feito por 06 meses, a fim de formalizar a doação do imóvel em que está residindo atualmente a reclamante. Decorrido o prazo sem manifestação deverá o feito seguir com o saneamento do mesmo. Defiro também a juntada de novos documentos"*. Nada mais. Eu, Queluzada, Carla Danielli Muchau, Auxiliar Juramentada, que digitei e subscrevi

Juiz de Direito

Promotora de Justiça –

Autora –

Advogado –

Contestante – (ausente)

Advogado –



PREFEITURA DE
IRATI

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE IRATI- ESTADO DO PARANÁ.

Atos: 10/2006
Ação de Usucapião
Proponente: Marlene de Lara

O MUNICÍPIO DE IRATI, já devidamente qualificado, por intermédio de seu Procurador Geral que a esta subscreve, vem à presença de Vossa Excelência, respeitosamente, apresentar a documentação solicitada no despacho de Fls. 136.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

Irati, 12 de novembro de 2013.

Jhiohasson W R Taborda
Procurador Geral do Município.



Estado do Paraná

PODER JUDICIÁRIO

1ª Vara Cível da Comarca de Irati

Autos nº 0000607-91.2006.8.16.0095

Vistos, etc.

I – Compulsando os autos, verifica-se que a fl.193 foi concedido à parte autora os benefícios da assistência judiciária gratuita, sendo assim, a determinação de publicação do edital de citação em jornal local é dispensável, nos termos art.232, § 2º, do Código de Processo Civil.

II – Intime-se a parte autora para que, no prazo de 10 (dez) dias, junte aos autos as declarações firmadas por três testemunhas.

III – Ainda, intime-se o Município de Irati para que, no prazo de 10 (dez) dias, se manifeste acerca da formalização da doação do imóvel, conforme disposto no item 2 do despacho de fl.168.

Intimações e diligências necessárias.

Irati, 14 de setembro de 2015.

Camila de Melo Mattioli Gusmão Serra Figueiredo

Juíza Substituta

DATA
RECEBUEIS AUTOS DE
☒ MEX. Juiz de Direito
☐ De Promotor de Justiça

14 SET 2015

GISLANE V. BOUCHER S. KOWSK



PREFEITURA DE
IRATI

PROCURADORIA GERAL

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
DA COMARCA DE IRATI - ESTADO DO PARANÁ

Autos nº 0000607-91.2006.8.16.0095

O **Município de Irati**, já qualificado nos autos em epígrafe, vem, respeitosamente, por meio de sua Procuradoria Jurídica, manifestar-se nos seguintes termos:

De acordo com informação do Departamento de Documentação, não foi localizada nos arquivos municipais Lei autorizando a doação de imóvel à autora MARLENE DE LARA.

Neste passo, considerando que é de interesse da atual gestão concretizar a conciliação iniciada às fls. 143 dos autos, bem como a necessidade de maiores informações sobre o imóvel onde a requerente atualmente reside, para que seja possível o encaminhamento de projeto de lei de doação ao Legislativo Municipal, **requer-se seja designada nova audiência de conciliação, a fim de estabelecer os termos do acordo de forma precisa.**

Nestes termos, pede deferimento.

Irati, 13 de março de 2018.

Débora Cristina Biston Mendes Zanicotti
Procuradora do Município
OAB/PR 60.223



PROCURADORIA GERAL

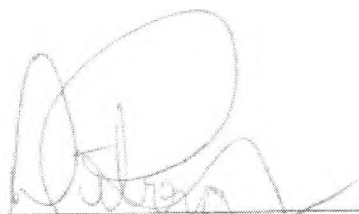
Memorando nº 18/2018

Irati, 13 de março de 2018.

AO DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO

A fim de instruir autos de Usucapião nº 0000607 91.20068 e em trâmite perante a 1ª Vara Cível da Comarca, solicito seja realizada busca nos arquivos este Departamento, a fim de verificar se existe Lei Municipal doando imóvel a MARLENE DE LARA

Após, devidamente certificado sobre o resultado das buscas, retorne a esta Procuradoria.


Débora Cristina Biston Mendes Zanicotti
Procuradora do Município
OAB/PR nº 60.223

2018/03/13
130318
C. Biston Mendes Zanicotti

A

Atenciosamente

At. Debora Mendes

Revendo os arquivos verifiquei

que na lei de doação a

Sra. Marlene de Souza

confirma junto a Secretaria

de Administração se não há

pedido de Reversão Iusto em

nome de Sra. Marlene de Souza

pertencente ao município.


JANETE MARIA JATZEK
Departamento de Documentação
Matrícula 284742-0

em 24/03/2018



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE IRATI

MARLENE DE LARA, por seu procurador, nos

AUTOS nº 0000607-91.2006.8.16.0095

em face do contido no mov. 10.1, manifesta-se:

O ente público requer a designação de audiência de conciliação para estabelecer acordo "para que seja possível o encaminhamento de projeto de lei de doação ao Legislativo Municipal."

Extremamente elogiável a atitude do Município.

Assim, em anuindo a manifestação do Município, requer a designação de audiência de conciliação.

P. d.

De Ponta Grossa p/ Irati, em 21 de maio de 2018.

César D. de Almeida – OAB/PR 16.283



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE IRATI
1ª VARA CÍVEL DE IRATI - PROJUDI
Rua Pacifico Borges, 120 - Irati/PR - CEP: 84.500-000 - Fone: (42) 3423-2505

Autos nº. 0000607-91.2006.8.16.0095

Processo: 0000607-91.2006.8.16.0095
Classe Processual: Usucapião
Assunto Principal: Usucapião Extraordinária
Valor da Causa: R\$5.000,00
Autor(s): • MARLENE DE LARA
Réu(s): • Este juízo

1. Defiro o pedido formulado pelas partes (mov. 10.1 e 13.1), determinando a designação de audiência de conciliação.

2. Intimações e diligências necessárias.

Irati, data de inserção no sistema.

Henrique Kurscheidt

Juiz de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS E CIDADANIA DE IRATI

Rua 19 de Dezembro, nº 418 – Centro – Irati - Fone 42-2104-3104/3133

Termo de Audiência:	Conciliação
Data e Horário:	quarta-feira, 5 de dezembro de 2018
Local:	Sala de audiências do CEJUSC desta Comarca de Irati - Paraná
Autos sob nº:	0000607-91.2006.8.16.0095
Ação:	Usucapião
Juiza Coordenadora:	Dra. Mitzv de Lima Santos
Requerente:	Marlene de Lara
Procurador(a):	OAB 16283N-PR - Cesar Dirlei de Almeida
Requerido(a):	Município de Irati
Horário:	10h00min até 11hs.00min

Aberta a audiência, constatou-se a presença da parte autora devidamente acompanhada de seu procurador.

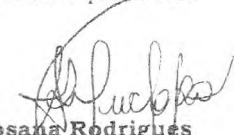
Ausente a parte ré.

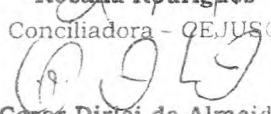
Aguardado o prazo de dez minutos, foi elaborado o termo.

Compulsando os autos verificou-se que a parte requerida fora devidamente intimada para o ato.

Pela conciliadora assim foi determinado: **"Remeto os autos conclusos para análise e as determinações necessárias"**

Nada mais, firmam o presente.


Rosana Rodrigues
Conciliadora - CEJUSC


Cesar Dirlei de Almeida
Procurador

Marlene de Lara
Autora





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ

COMARCA DE IRATI

1ª VARA CÍVEL DE IRATI - PROJUDI

Rua Pacifico Borges, 120 - Rio Bonito - Irati/PR - CEP: 84.500-000 - Fone: (42) 2104-3148

Autos nº. 0000607-91.2006.8.16.0095

Processo: 0000607-91.2006.8.16.0095

Classe Processual: Usucapião

Assunto Principal: Usucapião Extraordinária

Valor da Causa: R\$5.000,00

Autor(s): • MARLENE DE LARA

Réu(s): • Este juízo

1. Trata-se de ação de usucapião extraordinária ajuizada por MARLENE DE LARA, referente a um imóvel urbano com área de 2.277m². Segundo a petição inicial, a posse da autora perdura por mais de 20 anos, com *animus domini*, de forma pacífica, ininterrupta e sem oposição.

Constam nos autos: a) planta e memorial descritivo do imóvel que se pretende usucapir (fls. 09/10 – mov. 1.2); b) certidão do 1º e do 2º Cartório de Registro de Imóveis de Irati informando a inexistência de registro envolvendo o imóvel que se pretende usucapir (fls. 21/13 – mov. 1.2); c) declaração de um dos confrontantes do imóvel atestando a posse da autora (fl. 14 – mov. 1.2); d) comprovante de publicação do edital de citação de terceiros interessados (fl. 25 – mov. 1.3 e fls. 199/200 – mov. 1.20); e) nota promissória no valor de Cr\$ 1.000,00 (mil cruzeiros) emitida em 1978 pela autora em favor de OSMARIO SEBASTIÃO DE ANDRADE (fl. 11 – mov. 1.2).

Os confrontantes foram devidamente citados (fl. 30v – mov. 1.3).

A União e o Ministério Público manifestaram seu desinteresse no presente feito (fl. 35 – mov. 1.4 e fls. 205/206 – mov. 1.21).

Apesar de notificado (fl. 24v – mov. 1.3), o Estado do Paraná não apresentou manifestação.

O Município de Irati, por sua vez, manifestou interesse no feito (fls. 36/37 – mov. 1.4) e apresentou contestação (fls. 92/102 – mov. 1.8). Em sua contestação, alega que a área que se pretende usucapir foi adquirida pelo Município por meio de ação de usucapião (autos nº 450/1998) e que há carência da ação, tendo em vista a impossibilidade de usucapir bens públicos.

A autora apresentou impugnação à contestação do Município (fl. 111 – mov. 1.10) e apresentou esclarecimentos (fls. 120/125 – mov. 1.10). Segundo a autora, a posse sobre o imóvel que se pretende usucapir foi adquirida de OSMÁRIO SEBASTIÃO DE ANDRADE, há mais de 30 (trinta) anos. E que, devido ao incêndio ocorrido em sua residência em 2000, perdeu os documentos que comprovam a aquisição. Ressalta que a base da ação de usucapião intentada pelo município (autos nº 450/1998) é a Escritura Pública de Cessão de Direitos de Posse de fls. 41/50 (mov. 1.5), por meio da qual, diversos moradores cederam seus direitos de posse ao ente municipal. Afirma a autora que não se encontra dentre aqueles que cederam seus direitos de posse e que as áreas objeto da presente usucapião e da ação nº 450/1998 não seriam as mesmas.

Em manifestação de fl. 144 (mov. 1.14), o município afirma que a autora integrou a ação nº 450/1998, inclusive apresentando contestação. Juntou documentos (fls. 145/163 – mov. 1.14 a 1.16).

Em manifestação de fl. 108 (mov. 1.9), o Ministério Público ressaltou não ser possível afirmar que as áreas discutidas pelas partes são as mesmas, razão pela qual requereu, às fls. 134/1396 (mov. 1.12), que o município juntasse mapa e memorial descritivo da área que afirma ser de sua propriedade. O município atendeu à solicitação do Ministério Público, conforme fls. 173/189 (mov. 1.18).

A audiência de conciliação não obteve êxito (fl. 143 – mov. 1.13), momento em que o processo foi suspenso pelo prazo de 06 (seis) meses a fim de que fosse formalizada a doação do imóvel em que reside a autora.

Intimado sobre a efetivação da doação, o município se manifestou, à mov. 10.1, alegando que não foi localizada lei autorizando a doação do imóvel à autora e requereu a designação de nova audiência de conciliação, afirmando possuir interesse em concretizar o acordo iniciado na primeira audiência.

Designada audiência, o município não compareceu ao ato (mov. 23.2), mesmo intimado (mov. 20.0).

É o breve relatório.

2. Considerando a manifestação de mov. 10.1, intinem-se as partes para informem se subsiste interesse na realização de acordo, em 10 dias, apresentando propostas de acordo, se for o caso.
3. Em caso negativo, concedo às partes o prazo de 15 dias para juntarem a ART dos mapas e memoriais descritivos constantes dos autos.
4. No mesmo prazo, deverá a autora apresentar: a) certidão do Cartório Distribuidor sobre a existência de ações possessórias envolvendo as partes durante os últimos 20 (vinte) anos; b) comprovante de pagamento dos tributos incidentes sobre o imóvel; e c) matrícula dos imóveis confrontantes.
5. Após, tornem os autos conclusos para saneamento e organização do processo.
6. Intimações e diligências necessárias.

Irati, data da inserção no sistema.

Henrique Kurscheidt

Juiz de Direito

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE IRATI

MARLENE DE LARA, por seu procurador, nos

AUTOS nº 0000607-91.2006.8.16.0095

em face do contido no mov. 25.1, manifesta-se:

A requerente, efetivamente, tem interesse na realização de acordo. Reside em imóvel do município e, anuindo ao formulado por este, espera a doação ser formatada.

Diante do exposto, requer:

-a designação de audiência para o fim explicitado.

P. d.

De Ponta Grossa p/ Irati, em 04 de fevereiro de
2019.

César D. de Almeida – OAB/PR 16.283

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 1ª VARA DA
CÍVEL DA COMARCA DE IRATI - ESTADO DO PARANÁ

O **Município de Irati**, já qualificado nos autos em epígrafe, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua Procuradoria, **informar que subsiste interesse na realização do acordo**, sendo que através de contato telefônico com o Advogado da autora nesta data, solicitamos o comparecimento na Prefeitura de Irati, para indicação do local exato da residência, a fim de possibilitar a elaboração de mapa e memorial descritivo e encaminhamento de Lei à Câmara de Vereadores.

Destarte, requer-se a suspensão do processo por 60 (sessenta) dias, para apresentação da proposta de acordo.

Nestes termos, pede deferimento.

Irati, 07 de fevereiro de 2019.

Débora Cristina Biston Mendes Zanicotti

Procuradora do Município

OAB/PR 60.223



PREFEITURA DE
IRATI

PROCURADORIA GERAL

EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO DA 1ª VARA DA
FAZENDA PÚBLICA DA COMARCA DE IRATI - ESTADO DO PARANÁ

Autos nº 0000607-91.2006.8.16.0095

O Município de Irati, já qualificado nos autos em epígrafe, vem
respeitosamente, por intermédio de sua Procuradoria Jurídica, **apresentar proposta de
acordo, nos seguintes termos:**

- 1) O Município se compromete a formalizar doação do imóvel registrado sob
nº 14.236 do 2º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca (cópia anexa), no
qual a autora reside atualmente;
- 2) O Município se compromete a encaminhar projeto de lei à Câmara de
Vereadores, para obter autorização para realizar a doação do imóvel à
autora;
- 3) Caso seja aprovado o projeto de Lei pela Câmara de Vereadores, as partes
requerem a homologação do acordo, renunciando a requerente, como
contrapartida ao recebimento do imóvel supracitado, a qualquer direito
sobre o imóvel adquirido pelo Município de Irati por meio da ação de
usucapião 450/1998 (NU 181-60.1998.8.16.0095);
- 4) Caso o projeto de lei não seja aprovado, o processo será retomado;
- 5) Em caso de homologação do acordo, cada uma das partes arcará com os
honorários advocatícios de seus respectivos patronos e com 50% das custas
processuais;



PROCURADORIA GERAL

Posto isto, requer-se a intimação da autora para que se manifeste sobre a proposta apresentada.

Nestes termos, pede deferimento.

Irati, 18 de fevereiro de 2019.

Débora Cristina Biston Mendes Zanicotti
Procuradora do Município
OAB/PR 60.223



1º Tabelionato de Notas e Protestos | 2º Registro de Imóveis

REGISTRO GERAL

03 E

Oficial FERNANDO DIAS : MATRÍCULA Nº 14.236

IMÓVEL: Área da Prefeitura Municipal de Irati, Quadra 2, Loteamento Alto da Glória II, Rua "C", em Nuprassado, Irati, Paraná, de Área 536,17m². Corresponde as seguintes dimensões: Frente de 27,50 metros, Lateral esquerda de 13,15 metros. Lateral direita de 13,15 metros. Profundidade de 22,70 metros. Lateral esquerda de 27,50 metros. Lateral direita de 27,50 metros. Área de 26,00 metros Fundos de 22,70 metros.

Registro anterior: matricula 13.394 do Livro n.º 02 desta Officia
Probi.º 4.º.

PROPRIETÁRIO: MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE - PERNAMBUCO
Sede na Rua L. 1.º - 1.º andar

Protocolo: Titulo apontado sob nº 2.105 de 1911
 e sob nº 2.106 de 1911, sendo o primeiro pela propriedade para
 o Estado e o segundo para o Concelho de Registo da
 cidade de Vila Rica, lido e aprovado em 1911.
 pelo IAR-PR. Ato de aprovação do Município de
 Vila Rica, em 1911, e memoriais descritivos elaborados pe-
 lo Juiz José Rodas - CREA-PR nº 26578-8, ARQ/CREA, nº 20071
 de 13 de novembro de 2009. Custas Sete
 Reais, Oficial Registrador.

CERTIDAO

CERTIFICO e dou fe que presente copia e reprodução fiel e verdadeira do conteúdo da matrícula 14236 registrada neste cartório no Livro 2 de Registro de Imóveis do Município de São Paulo, datado de 19.08.1997, nº 15.000.000.000.000.000.000.

Jocélia Pabis Kulitch
Escrevente autorizada



Funarpem - Lei 13.228 de 18/07/2001 - Selo Digital Nº UG392.l4fu3 z6XRl. Controle: fprLLrGMPF
42 3422-7337 | 3422-9294 | 3422-4664
Rua Coronel Grácia, 541 - Irati - Paraná
cartorioirati@yahoo.com.br

Documento assinado digitalmente, conforme MP nº 2.200-2/2001, Lei nº 1.419/2006, resolução do Projudi, do TJPR/CE. Validação deste em <https://projudi.tjpr.jus.br/projudi/> - Identificador: PJVF3 ZUUWL FCKGB D27ZK

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL
DA COMARCA DE IRATI

MARLENE DE LARA, por seu procurador, nos

AUTOS nº 0000607-91.2006.8.16.0095

em face da proposta inserta no mov. 32.1 a
Requerente manifesta a sua concordância.
Entretanto, requer que o ente público esclareça o
prazo para fins de encaminhamento do projeto de
doação.

P. d.

De Ponta Grossa p/ Irati, em 25 de março de 2019.

César D. de Almeida – OAB/PR 16.283



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE IRATI
1ª VARA CÍVEL DE IRATI - PROJUDI

Rua Pacifico Borges, 120 - Rio Bonito - Irati/PR - CEP: 84.500-000 - Fone: (42) 2104-3148

Autos nº. 0000607-91.2006.8.16.0095

Processo: 0000607-91.2006.8.16.0095

Classe Processual: Usucapião

Assunto Principal: Usucapião Extraordinária

Valor da Causa: R\$5.000,00

Autor(s): • MARLENE DE LARA

Réu(s): • Este juízo

1. A Secretaria para que identifique no sistema Projudi que se trata de feito abrangido pela Meta 02 do CNJ e que deverá tramitar com prioridade.
2. Visando solucionar o feito que já tramita há mais de 12 (doze) anos e em vista da manifestação da autora à mov. 35.1, intimem-se as partes para que formalizem a proposta de transação, ajustando seus termos em comum acordo.
3. Juntado o acordo nos autos, tornem conclusos para homologação.
4. Intimações e diligências necessárias.

Irati, data de inserção no sistema.

Henrique Kurscheidt

Juiz de Direito